

MONTEIRO, Carneiro

*const. 1891; dep. fed. RS 1891-1907; pres. RS 1892; sen. RS 1907-1920.

Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro nasceu em Alegrete (RS) no dia 26 de abril de 1859, filho do tenente-general Vitorino José Carneiro Monteiro, barão de São Borja, e de Benevenuta Carneiro Monteiro. Seu avô, brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, foi um importante militar com grande destaque na Guerra Cisplatina e na Guerra dos Farrapos. Matriculou-se na Escola Militar e cedo se manifestou republicano, contrariando as tradições conservadoras da família e de seu irmão mais velho, Severino Ribeiro, conservador militante e chefe político em Alegrete. Além de cursar a Escola Militar, bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1883.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro, quando foi instalado o Congresso Nacional Constituinte, e participou da elaboração da Constituição que foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. No dia seguinte, quando a Assembleia elegeu o presidente da República, manifestaram-se sintomas de ruptura na liderança exercida por Castilhos: embora a orientação dada pelo PRR fosse de apoio à candidatura do marechal Deodoro da Fonseca, Vitorino Carneiro Monteiro, Assis Brasil, Manuel da Rocha Osório e Alcides Lima votaram em Prudente de Moraes.

Em 3 de maio de 1891, ao ter início a legislatura ordinária, Carneiro Monteiro tomou assento na Câmara dos Deputados. Em 15 de julho, eleito pela Constituinte estadual, Júlio de Castilhos assumiu o governo do Rio Grande do Sul. Em 3 de novembro, diante das dificuldades políticas que enfrentava, o marechal Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, provocando protestos em vários pontos do país. Júlio de Castilhos de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro. No dia seguinte foi obrigado a renunciar, entregando o poder a uma junta governativa formada por Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Barreto

Leite. Cinco dias depois, Assis Brasil renunciou, passando Barreto Leite e Barros Cassal a se revezar no comando do estado. Em 23 de novembro, diante da ameaça de oficiais da Marinha de bombardear o Rio de Janeiro, o próprio Deodoro renunciou, sendo substituído pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto.

A instabilidade no Rio Grande do Sul prosseguiu durante todo o ano de 1892. Em 8 de junho Barros Cassal foi substituído no governo por José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, que por sua vez foi derrubado nove dias depois por um movimento articulado por Júlio de Castilhos. Este, contudo, depois de vitorioso, não assumiu o poder. Apesar das divergências anteriores envolvendo a eleição de Deodoro, preferiu entregar o governo a Carneiro Monteiro, que o exerceu até 27 de setembro e o transferiu então a Fernando Abbott, secretário do Interior. Abbott conduziu as eleições que mais uma vez levaram Júlio de Castilhos ao poder e em 25 de janeiro de 1893 transmitiu-lhe o governo. No mês seguinte, eclodiu a Revolução Federalista.

Durante o conflito entre os federalistas (maragatos), de um lado, e os republicanos castilhistas e mais o governo federal de Floriano Peixoto, de outro, que se estendeu de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, Carneiro Monteiro foi nomeado ministro plenipotenciário no Uruguai. Nessa função, assinou em Montevidéu, em fevereiro de 1894, protocolo sobre as reclamações do governo Oriental pela morte de uruguaios na fronteira durante a Revolução Federalista. Mesmo como ministro, foi reeleito deputado federal em 1894. Deixou o posto em Montevidéu em março de 1895, tomou assento na Câmara dos Deputados e, quatro vezes reeleito, nela permaneceu até o ano de 1907. Na Câmara, foi membro da Comissão de Finanças e aliado do senador gaúcho Pinheiro Machado.

Em 3 de março de 1907 foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com a renúncia de Ramiro de Barcelos, e permaneceu no Senado Federal até o ano de 1920.

Faleceu a bordo do navio *Itapuca*, indo para o Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1920.

Raimundo Hélio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BELOCH, I. ; ABREU, A. *Dicionário*;
O'DONNELL, F. *Apparício*.